

RESUMO TÉCNICO
AUDIÊNCIA PÚBLICA CAS
PLS 131, DE 2001
REALIZADA EM 30/08/2005

Audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, que *cria o Serviço da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS)*.

RELATOR:

(Em atenção ao Requerimento nº 26 de 2005-CAS, de autoria dos Senadores SÉRGIO GUERRA e REGINALDO DUARTE).

Com o intuito de instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131, de 2001, que *cria o Serviço da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS)*, foi realizada audiência pública no dia 30 de agosto de 2005, na Sala da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Compareceram os seguintes convidados:

a) Setor Saúde:

- Deputado José Rafael Guerra Pinto Coelho – Frente Parlamentar da Saúde;
- Dr. José Carlos Abrahão – Confederação Nacional de Saúde;
- Dr. José Caetano Rodrigues – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Saúde (CNTS).

b) Setor Comércio:

- Dr. Luiz Gil Siuffo Pereira – Confederação Nacional do Comércio (CNC);

- Dra. Lea Maria Sussekind Viveiros de Castro – Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- Dr. Josias Silva de Albuquerque – Federação do Comércio do Estado de Pernambuco (Fecomércio/PE).

Abertura - Senador Antônio Carlos Valadares

Após a abertura da reunião, os convidados foram saudados pelo Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antônio Carlos Valadares, e instados a proceder à explanação sobre o PLS nº 131, de 2001, que *cria o Serviço da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS)*.

Depoimento do Deputado José Rafael Guerra Pinto Coelho

O deputado José Rafael Guerra Pinto Coelho preside a Frente Parlamentar da Saúde há dois anos e meio. A Frente é uma organização suprapartidária que reúne cerca de 25 Senadores e 245 Deputados interessados no setor.

Segundo o Deputado, o setor saúde sofre com preconceitos de várias ordens. Tem o estigma de gastar muito e de padecer de uma suposta má gestão, o que possibilita fraudes. Ademais, é um setor que gera conflitos, pois frequentemente contesta as políticas econômicas.

Em seu interior, o setor saúde mostra-se desunido. São constantes os confrontos entre profissionais, empresas prestadoras de serviços e a indústria.

Ressalvados esses aspectos negativos, o setor saúde é o que mais investe nas pessoas. Em termos institucionais, as principais bandeiras do setor são o seu fortalecimento e a sua unidade. Essa é a postura da Frente Parlamentar da Saúde.

Coerente com essas bandeiras, o posicionamento da Frente Parlamentar da Saúde é pela aprovação do PLS nº 131, de 2001. Em verdade, essa aprovação é considerada irreversível, ainda que não seja imediata. Considera-se que comércio e ações de saúde são atividades distintas, e que,

em termos éticos, a saúde não pode ficar submetida ao mesmo contexto que o comércio.

A legislação existente reforça essa diferença entre saúde e comércio, uma vez que a saúde não paga o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Outra característica particular do setor saúde, que reforça essas diferenças, é a importante participação de entidades filantrópicas e do setor público na área.

Por fim, o caminho natural é criar o “sistema S” da saúde, a exemplo da separação, ocorrida há alguns anos, entre a Federação do Comércio e a Federação da Indústria.

Depoimento do Dr. Luiz Gil Siuffo Pereira

O Dr. Luiz Gil Siuffo Pereira foi convidado para a audiência pública na condição de representante do setor de comércio e representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

O palestrante ressaltou a necessidade de unir forças, de trabalhar junto, inclusive como forma de superar as carências do setor saúde. Para tanto, os sistemas do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que não têm fins lucrativos, estão prontos para conversar e atender melhor o setor saúde.

A fragmentação é nociva. Importantes associações setoriais, como a Associação das Instituições Financeiras, não têm serviço social separado. Se cada setor tiver um sistema próprio os maiores prejudicados serão os trabalhadores. Ademais, não se deveria fragmentar o ativo do SESC/SENAC.

Depoimento do Dr. José Carlos Abrahão

O Dr. José Carlos Abrahão é o Presidente da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS). A CNS é uma entidade sindical que congrega oito federações e 86 sindicatos de saúde, além de representar todos os estabelecimentos de serviços de saúde no país.

O convidado ressaltou a importância do setor saúde citando números e estatísticas. A saúde representa um montante de 121 bilhões de

reais, ou seja, cerca de seis por cento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Nesse contexto, tanto o Sistema Único de Saúde (SUS) quanto o sistema de saúde suplementar apresentam cifras impressionantes, especialmente em relação às atividades desenvolvidas.

Os principais argumentos apresentados para a aprovação do PLS nº 131, de 2001, foram os seguintes:

- o art. 9º do Capítulo I do Código de Ética Médica dispõe que a medicina não pode ser exercida como comércio;
- a existência da CNS possibilita uma separação da área da saúde do “sistema S”;
- a capacitação profissional para o setor saúde é muito específica e deve ser conduzida pela própria área;
- a posição do Ministério da Saúde é favorável, destacando-se três pontos: a prestação de serviços de saúde não é uma atividade comercial, a separação não implicará em despesas públicas e é importante para melhorar a qualificação dos recursos humanos do setor saúde;
- a posição do Ministério da Fazenda é favorável, ressaltando-se as características específicas do setor saúde, a possibilidade de focar melhor os recursos, beneficiando os trabalhadores da área, e os precedentes dos setores de transportes e cooperativas, que já são separados;
- a posição do Ministério do Trabalho também é favorável à separação;
- outras instituições que apóiam a separação são a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), a Federação Brasileira de Hospitais (FBH), a Associação Brasileira de Medicina de Grupo (ABRANGE), a Pastoral da Criança e a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB).

Enfim, com base na argumentação apresentada, a aprovação do PLS é um pleito ético, legítimo e justo.

Depoimento da Dra. Lea Maria Sussekind Viveiros de Castro

A Dra. Lea Maria Sussekind Viveiros de Castro é representante da CNC e diretora de educação profissional do Senac.

O papel do Senac é calcado na educação e para tanto utiliza as mais modernas tecnologias educacionais, como a teleconferência. A maior parte do material didático é produzida no âmbito da própria instituição.

Segundo a convidada, foi a partir da década de 90 do século passado que se iniciou a demanda pela formação profissional de saúde. Do ano 2000 em diante, saúde e hotelaria (turismo) passaram a ser prioridades do Senac.

O Senac atua na formação do profissional de saúde nos níveis básico, médio e superior. A ênfase é na profissionalização e na atenção àqueles que não tiveram acesso ao ensino formal. Cerca de um milhão de profissionais de saúde foram treinados nos últimos cinco anos.

Depoimento do Dr. José Caetano Rodrigues

O Dr. José Caetano Rodrigues é representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Saúde (CNTS). Segundo o convidado, a CNTS nunca foi procurada pelo Sesc para discutir qualquer projeto para a educação do trabalhador da saúde. Por conseguinte, existem graves distorções nos cursos oferecidos pelo sistema Sesc/Senac. Ademais, são cursos oferecidos a preço de mercado, que não beneficiam os trabalhadores.

Os trabalhadores também não participam da gestão do “sistema S”. Essa é uma das justificativas para se ter uma “casa própria”, que será diferente e permitirá ao trabalhador participar da administração do sistema, além de poder atendê-lo melhor.

Depoimento do Dr. Josias Silva de Albuquerque

O Dr. Josias Silva de Albuquerque é representante da Federação do Comércio do Estado de Pernambuco (Fecomércio/PE). Em seu depoimento, ressaltou que o Sesc e o Senac conduzem os maiores programas de assistência social e formação profissional do mundo, no seu gênero.

O depoente enfatizou a excelente estrutura educacional do sistema Sesc/Senac e argumentou, contrariamente ao pleito do setor saúde, que todos os prestadores de serviço estão vinculados à Confederação Nacional do Comércio (CNC) e que dividir é diminuir recursos. Expôs, também, a idéia de criar uma Câmara de Saúde na CNC, para dar mais importância às questões específicas do setor.

A guisa de conclusão, o convidado destacou que o Senac-PE investe em saúde o dobro do que arrecada desse setor.

Pronunciamento do Senador Sérgio Guerra

Após os depoimentos dos convidados, o Senador Sérgio Guerra, relator do PLS nº 131, de 2001, pontuou a complexidade da questão e a responsabilidade dos Senadores, que não podem tomar decisões precipitadas. Por outro lado, demarcou sua posição de que o sistema Sesc/Senac deve ser reestruturado, especialmente para que deixe de servir a usos e interesses políticos e eleitorais.

Na seqüência, o Senador fez algumas indagações aos membros da mesa:

1 – Quais os pontos fracos do sistema atual?

A resposta foi dada pelo Dr. José Carlos Abrahão que afirmou que, nos seus vinte primeiros anos de existência, o sistema não fez nada pelo setor saúde. Só a partir de 1999 é que começaram a ser desenvolvidas ações mais concretas.

Outrossim, os cursos do SENAC não refletem a realidade de que o setor necessita. A principal necessidade é a gestão de processos, entidades, custos e hotelaria. Os valores cobrados pelos cursos são altos e não atendem às necessidades dos trabalhadores da saúde.

2 – Que as ações serão desenvolvidas pela CNS, nos próximos três anos, no caso de separação do sistema Sesc/Senac?

A resposta será enviada por escrito para a CAS.

3 – Qual é a arrecadação propiciada pelo setor saúde no sistema Sesc/Senac e qual o montante dos investimentos realizados em saúde?

O Dr. Luiz Gil Siuffo Pereira, da CNC, apresentou a tabela abaixo, demonstrando que a saúde é deficitária no sistema, ou seja, arrecada menos do que gasta.

Tabela 1- Arrecadação proporcionada pelo setor saúde e o investimento em saúde, no âmbito do sistema Sesc/Senac.

	Arrecadação do setor saúde	Investimento em saúde pelo sistema Sesc/Senac
Sesc	62 milhões de reais	198 milhões de reais
Senac	42 milhões de reais	58 a 60 milhões de reais

Fonte: CNC.

O Dr. Abrahão, da CNS, argumentou que, se a saúde gasta mais do que arrecada, esse é mais um motivo para que o setor venha a ter uma administração própria do seu sistema.

4 – Qual a viabilidade econômica do projeto de separação do setor saúde do sistema Sesc/Senac?

A resposta será enviada por escrito para a CAS.

Pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia

A senadora destacou os seguintes pontos e questionamentos:

1 – qual a viabilidade econômica do projeto?

2 – de que maneira o setor saúde conseguirá suprir a diferença entre arrecadação e despesas?

3 – a nova estrutura administrativa não vai consumir recursos que poderiam ser utilizados para atividades fins?

4 – as diferenças regionais não serão aprofundadas?

Pronunciamento do Senador Augusto Botelho

O Senador questionou os números apresentados pela CNC e solicitou uma confirmação de que os gastos apresentados pelo sistema Sesc/Senac eram exclusivamente com trabalhadores do setor saúde. Também manifestou temor pelo volume de despesas decorrentes da criação de um novo órgão.

Após discussão na mesa, a CNC admitiu que era necessário depurar os números apresentados. Ficou acordado que informações mais detalhadas seriam enviadas à CAS.

Pronunciamento do Deputado Max Rosenmann

O Deputado disse que era favorável ao projeto, mas mudou de idéia. Ressaltou que o que mais falta é o debate e não uma nova instituição. Destacou que a centralização gera economia de escala e que as confederações que se separaram não produziram bons resultados. Por fim, manifestou preocupação com o entendimento do governo atual sobre a liberdade sindical.

Pronunciamento do Senador José Maranhão

O Senador solicitou que as respostas aos questionamentos dos Senadores fossem encaminhadas por escrito. Na sua opinião, essa questão é uma “queda de braço” para conquistar recursos e, além disso, pode gerar duplicidade de ações e desperdício. Também questionou os subsídios que os estados do nordeste recebem, no âmbito do sistema Sesc/Senac, por arrecadarem menos.

Pronunciamento do Deputado Mário Heringer

O Deputado afirmou que o sistema Sesc/Senac não foca no que o setor saúde precisa hoje e citou exemplos. Segundo Mário Heringer, a assistência médica fornecida por esse sistema é redundante com o SUS. Assim, é favorável à divisão por propiciar menos custo para a FNC e maior foco no setor saúde.

Pronunciamento do Sr. Adelmir Araújo Santana

O Sr. Adelmir, suplente do Senador Paulo Otávio, ressaltou os custos da criação do novo serviço.

Requerimento do Senador Sérgio Guerra

O relator do PLS, Senador Sérgio Guerra, apresentou o Requerimento nº 32, de 2005 solicitando aos convidados e às entidades representadas na audiência pública informações sobre os programas existentes, investimentos, despesas e financiamentos na área de saúde, nos últimos cinco anos, bem como um estudo analítico dos recursos, identificando os montantes mobilizados, suas origens e dados correlatos. O requerimento foi aprovado

Encerramento - Senador Antônio Carlos Valadares

Respondidos todos os questionamentos dos Senadores e Deputados participantes, a audiência pública foi encerrada pelo Presidente da CAS, o Senador Antônio Carlos Valadares, que ressaltou a luta dessa Comissão pelos direitos do trabalhador